



Maria Izabel Machado
(Organizadora)

Diálogo Conceitual e Metodológico das Ciências Sociais Aplicadas com outras Áreas do Conhecimento 2



Maria Izabel Machado
(Organizadora)

Diálogo Conceitual e Metodológico das Ciências Sociais Aplicadas com outras Áreas do Conhecimento 2

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D536	<p>Diálogo conceitual e metodológico das ciências sociais aplicadas com outras áreas do conhecimento 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-86002-96-6 DOI 10.22533/at.ed.966201504</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Machado, Maria Izabel.</p> <p style="text-align: right;">CDD 302.072</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra Diálogo Conceitual e Metodológico das Ciências Sociais Aplicadas com outras Áreas do Conhecimento nos convida a refletir sobre um conjunto de fenômenos contemporâneos em diálogo com múltiplos saberes e perspectivas, razão pela qual os capítulos que seguem estão organizados por afinidade temática e/ou metodológica.

Do uso de softwares para inclusão, passando pelo design de cidades e ambientes, o que se destaca nos dois volumes aqui apresentados são as imbricações entre áreas de conhecimento com vistas a tornar a vida viável.

Diversos em suas metodologias e métricas áreas como economia, administração, arquitetura, geografia, biblioteconomia, entre outras, confluem na preocupação com necessidade de compreender o mundo, superar seus desafios e propor caminhos que apontem para a o uso sustentável do solo, o direito à cidade, o acesso ao conhecimento.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: A GESTÃO EM REDE NA PARTICULARIDADE DE JOÃO PESSOA	
Maria De Fátima Leite Gomes Luciana Alves Yaggo Leite Agra Laryssa Lorranny Melo De Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.9662015041	
CAPÍTULO 2	12
COMPARAÇÃO DE PREÇOS DA CESTA BÁSICA DE MAIO A SETEMBRO DOS ANOS DE 2017 E 2018 EM ERECHIM	
Indaiá Tainara Tamagno Carlos Frederico de Oliveira Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.9662015042	
CAPÍTULO 3	22
AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DAS INTERVENÇÕES DE MOBILIDADE URBANA AO LONGO DO CÓRREGO ÁGUAS ESPRAIADAS – SP	
Vladimir Fernandes Maciel Mônica Yukie Kuwahara Ana Claudia Polato e Fava	
DOI 10.22533/at.ed.9662015043	
CAPÍTULO 4	40
CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS DO INTERVENCIONISMO	
Bruno Pacheco Heringer Elton Duarte Batalha	
DOI 10.22533/at.ed.9662015044	
CAPÍTULO 5	55
CAPACIDADE ABSORTIVA COMO FONTE DE VANTAGEM COMPETITIVA: ESTUDO EXPLORATÓRIO COM LAVANDERIAS DOMÉSTICAS EM SÃO PAULO	
Luiz Silva dos Santos Danilo Augusto de Souza Machado	
DOI 10.22533/at.ed.9662015045	
CAPÍTULO 6	67
AS CONTRIBUIÇÕES DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: TÉCNICAS, MATERIAIS E PROPOSTAS DE HABITAÇÃO SOCIAL SUSTENTÁVEL NO BRASIL	
Ana Helena A Dreissig	
DOI 10.22533/at.ed.9662015046	

CAPÍTULO 7	82
A INICIATIVA CIDADES EMERGENTES E SUSTENTÁVEIS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES CONCEITUAL, METODOLÓGICA E INSTITUCIONAL	
Allison Haley dos Santos David Barbalho Pereira Laura Maria Silveira da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.9662015047	
CAPÍTULO 8	105
ECOSSISTEMA EMPREENDEDOR: UM ESTUDO INVESTIGATIVO DAS STARTUPS EM RONDONÓPOLIS – MT	
Ramon Luiz Arenhardt Carlos Marcelo Faustino da Silva Sofia Ines Niveiros Josemar Ribeiro de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9662015048	
CAPÍTULO 9	126
GRUPOS SOCIAIS E SABERES AMBIENTAIS COEXISTENTES EM SINOP, MATO GROSSO: UM ESTUDO EM CONSTRUÇÃO	
Caroline Mari de Oliveira Galina	
DOI 10.22533/at.ed.9662015049	
CAPÍTULO 10	133
UM OBSERVATÓRIO LATINO-AMERICANO DA INDÚSTRIA 4.0	
Sérgio Roberto Knorr Velho Sanderson César Macêdo Barbalho	
DOI 10.22533/at.ed.96620150410	
CAPÍTULO 11	147
EIXO TEMÁTICO 2: TECNOLOGIAS TRADICIONAIS SABERES CONSTRUTIVOS DA AMAZÔNIA: MUDANÇAS DE PARADIGMA NO ESPAÇO URBANO DE MACAPÁ	
Ana Carolina Macêdo Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.96620150411	
CAPÍTULO 12	157
PLANEJAMENTO AMBIENTAL REGIONAL: UTILIZAÇÃO DA MATRIZ FOFA COMO FERRAMENTA DE APOIO A DECISÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Vania Elisabete Schneider Taison Anderson Bortolin Sofia Helena Zanella Carra Denise Peresin Geise Macedo dos Santos Bianca Breda Gisele Cemin	
DOI 10.22533/at.ed.96620150412	

CAPÍTULO 13	168
PERCURSOS RIZOMÁTICOS: O PATRIMÔNIO DAS FAVELAS CARIOCAS	
Teresa Hersen	
DOI 10.22533/at.ed.96620150413	
CAPÍTULO 14	181
HABITAÇÃO SOCIAL E VAZIOS URBANOS: A REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS ABANDONADOS COMO MEIO DE CONTRIBUIÇÃO NO DIREITO À CIDADE	
Marina Ribeiro de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.96620150414	
CAPÍTULO 15	194
NOVAS FORMAS DE MORADIAS E A RESSIGNIFICAÇÃO DO HABITAR	
Luiza Moraes Cosso	
Flávia Jacqueline Miranda Fonseca	
Maria Lúcia Machado de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.96620150415	
CAPÍTULO 16	209
NIVEL DE MATURIDADE DA INTELIGENCIA COMPETITIVA: UM ESTUDO NAS EMPRESAS AGROPECUÁRIAS DE RONDONOPOLIS QUE POSSUEM CONTROLADORIA	
Percival Queiroz	
Josemar Ribeiro de Oliveira	
Sofia Inês Niveiros	
DOI 10.22533/at.ed.96620150416	
CAPÍTULO 17	226
MODELO DE CAPACITAÇÃO BASEADO EM EVIDÊNCIAS DE CUIDADOS COM IDOSOS FRAGILIZADOS OU EM RISCO DE FRAGILIDADE	
Bruno Leonardo Soares Nery	
Adriana Haack de Arruda Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.96620150417	
CAPÍTULO 18	238
MEMÓRIA, ACESSIBILIDADE E PERTENCIMENTO: UMA ANÁLISE DO 'BECO DO TELÉGRAFO' EM CAMPINA GRANDE - PB	
Aida Paula Pontes de Aquino	
Francisco Allyson Barbosa Silva	
Natallia Yanna Figueiredo da Cruz	
Gabriel Higor Silva de Lima	
Francisco Eros Costa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.96620150418	
CAPÍTULO 19	255
ESTUDO EM CFD PARA A MAQUETE DO CAMPUS: EXPERIÊNCIA EM UM INSTITUTO FEDERAL	
Gilda Lucia Bakker Batista de Menezes	
Jennifer Jayanne Araujo de Lima Aragão	

João Augusto Jacinto Barros
João Augusto dos Santos Ferreira
Gabriella Silva do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.96620150419

CAPÍTULO 20 266

*CITY BRANDING: UMA MARCA PARA A CIDADE DE PIRACICABA-SP QUE A
REPRESENTE ATRAVÉS DA VISÃO DO SEU POVO, DA SUA CULTURA E DA SUA
HISTÓRIA*

Kleiton Web Rodrigues Viana

DOI 10.22533/at.ed.96620150420

CAPÍTULO 21 284

*AÇÃO ANTI-INFLAMATÓRIA E ANTIOXIDANTE DO ÔMEGA-3 EM MODELO
EXPERIMENTAL DE INSUFICIÊNCIA HEPÁTICA AGUDA GRAVE EM RATOS
WISTAR*

Patricia do Amaral Vasconcellos

Michely Lopes Nunes

Marilene Porawski

Vanessa Trindade Bortoluzzi

DOI 10.22533/at.ed.96620150421

SOBRE A ORGANIZADORA..... 307

ÍNDICE REMISSIVO 308

A INICIATIVA CIDADES EMERGENTES E SUSTENTÁVEIS E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES CONCEITUAL, METODOLÓGICA E INSTITUCIONAL

Data de aceite: 01/04/2020

Allison Haley dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte
<http://lattes.cnpq.br/1724904523459447>

David Barbalho Pereira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte
<http://lattes.cnpq.br/9238474174250365>

Laura Maria Silveira da Fonseca

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa – Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/7970410417519184>

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo evidenciar possíveis relações conceituais, metodológicas e institucional entre a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), de forma a apontar se essas iniciativas se complementam ou são autônomas, mesmo diante da congruência de objetivos. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, tendo sido realizada por meio da revisão da literatura especializada que trata sobre o conceito de

desenvolvimento sustentável. A coleta de dados foi feita a partir de consultas em material bibliográfico (livros e revistas) e informações extraídas de fontes secundárias, no caso o guia metodológico da ICES e a Agenda 2030. Os resultados apontaram para uma relativa convergência conceitual, sendo que as questões ambiental e social estão abordadas de forma explícita, mas a dimensão institucional é focada especificamente pela ICES, que, ao contrário dos ODS, detalha a metodologia a ser desenvolvida para implementação das ações. Entendeu-se que as iniciativas para promoção do desenvolvimento sustentável precisam ser municipalizadas, prever fontes de financiamento de projetos, contemplando não apenas as médias cidades, mas também as pequenas cidades, que podem se unir por meio da formação de consórcios públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade; Cidades Emergentes; Programas Internacionais; Dimensões.

THE EMERGING AND SUSTAINABLE
CITIES INITIATIVE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT GOALS: AN ANALYSIS ON
CONCEPTUAL, METHODOLOGICAL AND
INSTITUTIONAL RELATIONS

ABSTRACT: The purpose of this study was to

highlight possible conceptual, methodological and institutional relationships between the Inter-American Development Bank's (IDB) Emerging and Sustainable Cities Initiative (ICES) and the United Nations Development Program (ODS), in order to indicate if these initiatives complement or are autonomous, even in the face of the congruence of objectives. The research added a qualitative, exploratory approach, which was carried out through a review of the specialized literature that deals with the concept of sustainable development. Data collection was based on bibliographic material (books and journals) and information extracted from secondary sources, in this case the ICES methodological guide and Agenda 2030. The results pointed to a relative conceptual convergence, with questions environmental and social aspects are explicitly addressed, but the institutional dimension is specifically focused by ICES, which, unlike the ODS, details the methodology to be developed for implementing the actions. It was understood that initiatives to promote sustainable development need to be municipalized, to provide sources of project financing, not only for medium-sized cities, but also for small cities, which can unite through the formation of public consortium.

KEYWORDS: Sustainability; Emerging cities; International programs; Dimensions.

1 | INTRODUÇÃO

Um dos principais problemas da pós-modernidade é a gestão de cidades com um grande contingente de pessoas, cada vez mais necessitadas de serviços públicos de qualidade, emprego, renda e gestão dos passivos ambientais oriundos das atividades econômicas e industriais. A crescente preocupação global em torno de questões inerentes à sustentabilidade vem mobilizando diversos *stakeholders*, como países-nação e organismos internacionais, que juntos firmaram um pacto em torno da promoção de iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável, através do atingimento de metas pré-estabelecidas e monitoradas por um conjunto de indicadores que convencionou como fundamentais para alcance do equilíbrio entre homem e natureza.

Dentre os fatores que contribuíram para o estabelecimento de uma agenda em torno do desenvolvimento sustentável, pode-se destacar a constância de eventos climáticos, a escassez de recursos para produção e o aumento da contingência socioeconômica. Esses fatores provocam incerteza generalizada sobre o futuro das gerações vindouras e atingem atualmente diversas pessoas em todo o mundo, independente da classe social.

Diante desse quadro, o tema da sustentabilidade foi ganhando importância para agentes políticos, movimentos sociais e mais acentuadamente para os organismos internacionais, que passaram a mobilizar os países para debater soluções que pudessem garantir a preservação dos ecossistemas, condição necessária para

sobrevivência das gerações atual e futura com um mínimo de qualidade de vida. Pensando em soluções para esses problemas, foram concebidas duas estratégias por agências internacionais: em escala global a Agenda 2030, que instituiu os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), formatada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e em escala local a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), construída pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A partir dessas duas iniciativas destinadas a promover o desenvolvimento sustentável com abrangência distinta, uma questão surge: será que os ODS e a ICES, que foram pensadas em escalas diferentes, convergem conceitual, metodológica e institucionalmente? Buscando evidenciar as repostas para essa questão, o presente estudo tem como escopo fazer uma revisão bibliográfica sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e verificar a partir da Agenda 2030 e do Guia Metodológico da ICES as possíveis convergências conceitual, metodológica e institucional entre os ODS¹ e a ICES².

O trabalho está estruturado da seguinte forma: além desta contextualização introdutória, a segunda seção tratará de apresentar o referencial teórico sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e destacará o surgimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável, formulados pela ONU, focando os aspectos conceitual, metodológico e a dimensão institucional; na terceira seção serão apresentados os aspectos metodológicos do trabalho; na quarta e última seção serão apresentados os resultados preliminares que busquem evidenciar a existência da relação entre os aspectos conceitual, metodológico e institucional das duas iniciativas fomentadas por organismos internacionais.

2 | SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO

O conceito de sustentabilidade deve ser visto como multi e transdisciplinar, que parte de uma concepção econômica neoclássica, relacionando-o a gestão da quantidade de recursos florestais existentes para suprimento das necessidades econômicas que demandam esses estoques, ou seja, seria “a capacidade de se sustentar, de se manter” (Mikhailova, 2004, p. 25).

Quanto ao termo desenvolvimento, a teoria econômica clássica se apropria do mesmo num contexto pós Segunda Guerra Mundial, recolocando no centro das discussões sobre o progresso humanitário questões sobre cooperação econômica, financeira e tecnológica entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, ou

1 Plano de ação global pactuado pelos chefes de estado dos países e capitaneado pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2015.

2 Plano de ação desenvolvido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no 2010 para cidades de médio porte e consideradas emergentes da América Latina e Caribe.

seja, como um conjunto de ações e instrumentos capazes de gerar ganhos equitativos em termos de oportunidades sociais e econômicas (Grunkemeyer & Moss, 2004).

Nesse sentido, os termos desenvolvimento sustentável (DS) representariam um estágio em que existe uma melhora considerável na qualidade de vida dos seres humanos, equilíbrio entre homem e natureza, onde o respeito destas as capacidades de produção e regeneração dos ecossistemas existentes no mundo seria resultado da prática cultural constante (Mikhailova, 2004).

A junção desses termos resulta nos vários conceitos de desenvolvimento sustentável apresentados pela literatura, onde abordagens de cunho econômico, social ou ambiental entram numa arena de conflitos pela prevalência de uma sobre a outra, sendo essas três dimensões multidisciplinares (Harris, 2000, p. 7). No entanto, a busca do equilíbrio, a intercambiação dos termos, a complementaridade dos elementos que o sustentam, são alguns dos elementos que os teóricos utilizam na construção do conceito (Grunkemeyer & Moss, 2004).

Para Ospina (2000, p. 3), numa perspectiva social-humanística, o desenvolvimento sustentável representa uma relação equilibrada entre os seres humanos e a natureza, que seja reconhecidamente interdependente e viável em longo prazo, através da qual se articulam preocupações socioeconômicas e ambientais, bem como, envolvendo questões sobre preceitos morais e éticos no que concerne ao avanço tecnológico e científico e ao progresso humano.

Harris (2000, p. 6) afirma que é difícil conceituar sustentabilidade, dada sua natureza normativa amparada em objetivos (expressos ou implícitos) multidimensionais, sendo mais apropriado descrever as práticas insustentáveis e a partir disso motivar as políticas necessárias para combater o problema, ou seja, o autor prescreve que é preciso primeiro identificar o que não é sustentável para depois conceituar desenvolvimento sustentável.

Outras literaturas sugerem que a base conceitual para o termo desenvolvimento sustentável é formada por elementos que compõem as premissas da “sustentabilidade fraca”, onde se assenta que a humanidade é capaz de substituir os recursos naturais demandados pela sociedade, através da introdução de novas tecnologias e de mecanismos de gestão da produção (Olsson, Hilding-Rydevik & Bradley, 2004; Scottish Executive Social Research, 2006).

No entanto, não são apenas os avanços tecnológicos e as inovações que proporcionam a eficiência produtiva, capazes de resolver os dilemas em torno do desenvolvimento sustentável. É preciso interconectar as dimensões social e econômica com a ambiental para garantir “a equidade intergeracional e intrageracional suscitada pela natureza multidimensional do desenvolvimento sustentável” (Couto, *et al*, 2004, p. 6).

Quanto à delimitação conceitual de desenvolvimento sustentável, a literatura

parece ser consensual em estabelecer suas premissas a partir do que ficou estabelecido no Relatório Bruntland, que entende DS como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (Dalas-Clayton & Bass, 2002; Mikhailova, 2004; Barbosa, 2008). Esse conceito descreve o objetivo principal do DS que é harmonizar o crescimento econômico com a conservação ambiental, garantindo a melhoria da qualidade de vida das pessoas, e onde os meios de produção utilizam os recursos respeitando a capacidade do planeta (Mikhailova, 2004; (Culperstein, 2016).

Em uma escala global, o DS representaria a capacidade das nações para alcançar o crescimento econômico e a equidade social com o mínimo de degradação do meio ambiente, protegendo direitos e garantindo sobrevivência digna da geração presente e gerando oportunidades às gerações vindouras (Dalas-Clayton & Bass, 2002; Mikhailova, 2004).

Pensando o conceito de DS numa escala local, aponta-se a necessidade de redirecionamento dos recursos financeiros e humanos para as cidades, questão tratada no Relatório Bruntland, onde está consignado que a cidade deve ser o centro das políticas para promoção do DS, proporcionando o atendimento às necessidades essenciais básicas de todos os que nela residem e oferecer oportunidades de melhoria na qualidade de vida para toda a população (Barbosa, 2008).

Como se vê, a compreensão conceitual de DS é multidimensional, demandando estratégias de ação em várias frentes³ para a consecução dos seus objetivos, considerando a necessidade de integração (total ou parcial) dos objetivos socioeconômicos e ambientais, que depende de fatores diversos, como: as peculiaridades locais, os arranjos institucionais/administrativos, os valores culturais existentes, a estabilidade política, a segurança e a paz (Dalas-Clayton & Bass, 2002).

Couto *et. al.* (2004, p. 7) afirma que “o conceito reclama por uma abordagem sistêmica e um novo modo de definir problemas, identificar soluções e implementar ações qualquer que seja a perspectiva empreendida e o nível de análise considerado”, ou seja, o desenvolvimento sustentável requer ampliação do seu escopo conceitual para além de questões teóricas e elementos abstratos e focar na realidade e nas ações concretas.

Dessa forma, para atingir as finalidades deste trabalho, o desenvolvimento sustentável é entendido como um conjunto de valores e princípios que orientam a produção, o consumo e o uso dos recursos naturais por todos os envolvidos nos

3 Em relatório de revisão sobre as ações e políticas para a sustentabilidade no nível global, europeu, britânico e escocês, foram definidas cinco estratégias fundamentais para se promover o DS: a) viver dentro dos limites ambientais; b) assegurar uma sociedade forte, saudável e justa; c) alcançar uma economia sustentável; d) promover a boa governação; e) usar uma ciência sadia responsável (*Scottish Executive Social Research*, 2006, p. 10).

processos de desenvolvimento socioeconômico e ambiental (sociedade, empresas e Estado), que propicie crescimento econômico inclusivo, justo e benéfico a toda humanidade, garanta um meio ambiente resiliente e onde as pessoas tenham oportunidades de autossuficiência, sendo as contingências socioeconômicas atendidas pelo Estado de forma satisfatória.

Assim, nessa perspectiva conceitual, as estratégias para promoção do desenvolvimento sustentável, com potencial de êxito, precisam contemplar um conjunto de processos coordenados para atingir, conjuntamente, objetivos econômicos, sociais e ambientais, onde as ações e metas precisam ser bem definidos, o que demanda capacidades institucionais e políticas, investimento financeiro e planejamento qualificados, seja por parte dos governos ou das empresas (Dalas-Clayton & Bass, 2002, p. 31).

Um modelo pensado dessa forma pode ser representado pela Figura 1, cujo o foco é uma estratégia nacional/regional de desenvolvimento sustentável, conforme preconizado pelo *Development Assistance Committee* da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Porém, nada impede que este mesmo modelo seja replicado em nível local, com as devidas considerações e adaptações às especificidades institucionais, culturais e sociais do contexto das cidades, incorporando diferentes formas de promover mobilização e ação dos *stakeholders* locais.

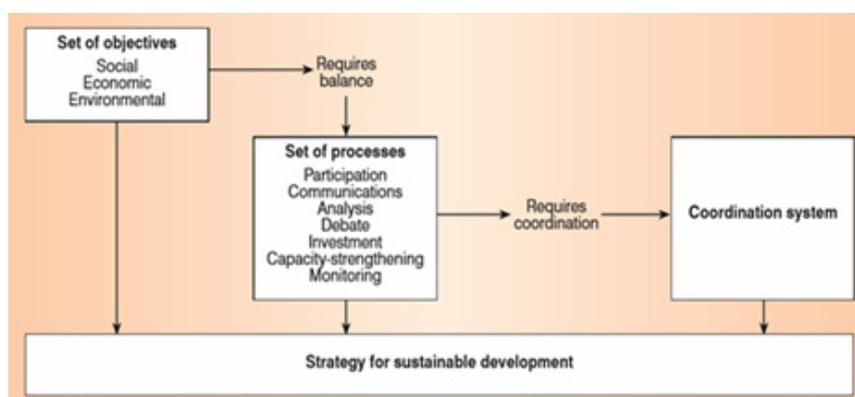


Figura 1 – Esquema de estratégia para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Dalas-Clayton e Bass (2002, p. 32).

A partir da Figura 1 observamos que as estratégias para promoção do desenvolvimento sustentável em qualquer escala precisam ser coordenadas sistematicamente, incluindo processos que abrangem os seguintes elementos: participação dos *stakeholders* (sociedade, Estado, empresas, associações, agências internacionais e nacionais, entre outros); comunicação e permanente debate entre os envolvidos, evitando descompasso das ações e perda de sinergia; ferramentas apropriadas para análise de dados; investimento suficiente para ações fundamentais;

capacidade de fortalecimento e auto sustentabilidade; e monitoramento, de forma a permitir ajustes nas ações.

Ainda, algumas premissas devem nortear o planejamento das ações para o DS: a concepção dos objetivos sociais, econômicos e ambientais deve se dá de forma integrada e por meio de processo participativo; a consideração dos aspectos culturais e dos valores locais precisa ser sempre ressaltado; o fortalecimento das capacidades institucionais para o planejamento, financiamento, implementação, análise e monitoramento das políticas públicas; e a garantia da estabilidade socioeconômica e jurídica, proporcionando paz e segurança.

No intuito de alcançar um nível de sustentabilidade que garanta a sobrevivência das gerações atual e futura, em 2010 os Estados-Membros da ONU firmaram um pacto em torno de uma nova agenda de desenvolvimento. Assim, a Agenda Pós-2015 foi construída a partir dos resultados alcançados através das ações dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e das necessidades para se avançar em áreas onde não se conseguiu o êxito esperado.

O resultado dos debates entre líderes mundiais e organismos internacionais em torno dessa nova agenda foi o documento intitulado Agenda 2030, que contempla 17 objetivos e 169 metas, abrangendo as dimensões social, ambiental e econômica, que são concebidas de forma integrada e devem compreender ações conjuntas e indivisíveis. Os primeiros 16 objetivos são temáticos e estão voltados às áreas prioritárias, enquanto o décimo sétimo objetivo preconiza os meios de implementação e estimula o incentivo às parcerias globais para o desenvolvimento sustentável (Machado, 2016).

A dimensão ambiental leva em consideração as ações para alcançar níveis de produção e consumo sustentáveis, cujos processos não agridam a natureza de forma desarrazoada e não esgotem os recursos limitados. Essas ações devem estar pautadas no progresso científico, tecnológico, ético e responsável. Enquanto as medidas que compõem a dimensão social são direcionadas para assegurar uma sociedade forte, saudável e justa, introduzindo uma economia humana e sustentável, promovendo a boa governança, a sensibilização política dos líderes e cidadãos e o eco empreendedorismo (Scottish Executive Social Research, 2006, p. 10).

O processo de evolução das economias em escala global impulsionou a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais, sendo impreterivelmente “influenciado pela estrutura institucional que os sustenta e que as instituições também condicionam fortemente a forma como as novas tecnologias são aceitas e absorvidas pelo sistema econômico” (Conceição, 2008, p. 98). Essa situação pressupõe que as estratégias voltadas para o desenvolvimento sustentável têm que necessariamente ser desenvolvidas por meio de um modelo que congregue as dimensões econômica e institucional em prol da ambiental, considerando fortemente as influências políticas

externas e internas.

Entende-se que a Agenda 2030 foi formatada a partir do modelo acima de planejamento estratégico para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, mas sem a definição de uma metodologia explícita para promoção de suas ações. Além do mais, não há na Agenda 2030 um processo metodológico desenhado para incorporação dos objetivos e respectivos indicadores por um país, estado ou cidade, havendo apenas menção de que cabe a cada ente político soberano definir os objetivos e as metas a serem alcançadas a partir da sua realidade e de suas condicionantes institucional e política, ou seja, conforme seus próprios critérios.

A dimensão institucional não é explicitamente apresentada na Agenda 2030 como elemento de suas estratégias, sendo possível observar no plano das metas estabelecidas que algumas contemplam questões relacionadas a dívida pública, as finanças e a gestão do gasto. Essa lacuna quanto a explicitação de ações na dimensão institucional leva a pensar que na concepção da ONU essa seria uma questão que perpassa pela própria implementação dos ODS na concepção de cada *stakeholder*.

Segundo Bursztyn (1995), para enfrentar um dos maiores problemas que gera a degradação ambiental – o aumento exponencial no número de pessoas no mundo, especialmente nas regiões menos desenvolvidas – é preciso pensar em estratégias em nível local e não apenas global, o que demanda tanto um modelo para implementação das estratégias como um conjunto de ações institucionais para mobilizar e incentivar os diversos atores estatais e privados.

Cada vez mais as pessoas que vivem nas cidades demandam bens e serviços, e conseqüentemente os processos para sua geração necessitam de mais recursos naturais, que são utilizados em quantidades maiores para produção em escala global (Bursztyn, 1995). Para se ter uma ideia, em 1950 a população urbana mundial correspondia a uma taxa de 30% da população global total, chegando a uma proporção de 54% em 2014 e podendo atingir 66% em 2050⁴.

Diante desse quadro, as cidades devem ser vistas como *locus* da ação política dos *stakeholders* (públicos e privados), o lugar apropriado para o surgimento de mudanças institucionais, sociais e econômicas, que sejam capazes de enfrentar os desafios globais crescentes e urgentes em torno do desenvolvimento sustentável (Dassen, 2016, p. 133-134). No entanto, não se pode descuidar das complexidades que permeiam a vida urbana, as dificuldades em torno da construção de consensos entre as pessoas, tendo em vista as diferenças sob vários aspectos (cultural, social, étnico e de gênero).

Essa perspectiva, aliada ao fato de que mais da metade da população mundial

4 Fonte: Relatório *World Urbanization Prospects: the 2014 Revision*, ONU. Disponível em: <<https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2014-Report.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

vive em países de economia emergente, suscetíveis a processos mais acentuados e rápidos de urbanização e degradação ambiental, se faz necessário um planejamento que contemple diretrizes e princípios para promoção do desenvolvimento sustentável, onde é fundamental o investimento em infraestrutura de transportes, produção industrial e prestação de serviços verdes para as cidades (PNUMA, 2011).

Diante dos diversos problemas que impedem o progresso socioeconômico sustentável da humanidade, sendo que a maioria é difícil de contornar diante do acelerado movimento em torno da produção em larga escala para atender diversos desejos e interesses, as causas principais residiriam na forte degradação ambiental e territorial nas cidades, onde “[...] muitas respostas práticas só podem ser definidas nacional e localmente” (Dalas-Clayton & Bass, 2002, p. 12).

Nesse sentido, a busca de alternativas sustentáveis deve ocorrer a partir de um processo de planejamento urbano que tenha como objetivo central o estabelecimento de padrões de qualidade de vida para as pessoas nas cidades, respeitando a cultura e considerando a dinâmica econômica local (Barbosa, 2008), onde o desafio construir e reconstruir “[...] cidades que sejam resilientes e que possam funcionar com segurança dentro de fronteiras planetárias” (Dassen, 2016. p. 137).

A partir da constatação de que na região da América Latina e Caribe várias cidades de médio porte já começaram a enfrentar os mesmos problemas que levaram ao caos urbano vivenciado nas grandes cidades, localizadas nos mais diversos países (aumento da densidade demográfica, precariedade dos serviços urbanos de transportes, energia, água, esgoto, resíduos sólidos, baixa capacidade de financiamento, vulnerabilidades ambientais, dentre outros), o BID buscou agir na região para equacionar esses problemas criando a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES).

Assim, a partir desse panorama regional, identificou-se a necessidade de fortalecimento das capacidades institucional e operacional dos governos locais e a implementação de mecanismos para uma adequada gestão fiscal (BID, 2014), possibilitando as cidades criarem capacidades suficientes para elaborar e executar um planejamento estratégico voltado para o desenvolvimento urbano sustentável.

Nesse contexto o BID cria a ICES no ano de 2010, que consisti num “[...] programa de assistência técnica aos governos das cidades médias da ALC [América Latina e Caribe] que apresentam uma grande dinâmica de crescimento demográfico e econômico” (BID, 2014, p. 3), sendo atualmente implementado em 77 cidades, das quais 6 são brasileiras⁵. As cidades contempladas devem possuir população entre 100 mil e 2 milhões de habitantes e preencher critérios socioeconômicos que as caracterizem como emergentes.

5 No Brasil, aderiram à ICES as cidades de Goiânia/GO (2011), João Pessoa/PB (2013), Florianópolis/SC (2014), Palmas/TO (2014), Vitória/ES (2014) e Três Lagoas/MS (2016).

Segundo o BID (2014, p. 6), cidades emergentes “são áreas urbanas que são classificadas como médias, de acordo com a população total de cada país, e que, além disso, apresentam um crescimento populacional e econômico sustentado, em um ambiente de estabilidade social e governança”. Então, cidades emergentes são localidades que tem potencial para se desenvolver econômica e socialmente de forma sustentável, através da implementação de políticas adequadas.

A escolha de cidades médias foi motivada por três questões: a primeira, que é possível essas cidades modificarem suas ações rumo a um desenvolvimento urbano ordenado; segundo, que mesmo diante de tendências de crescimento populacional e econômico acentuados, ainda se encontram num patamar que é possível viabilizar a exploração de economias de escala, o controle dos custos de aglomeração e a elevação da eficiência fiscal; em terceiro lugar, “essas cidades têm uma escala que facilita a eficácia das intervenções orientadas à sustentabilidade” (BID, 2014, p. 6). Cidade sustentável seria:

Aquela que oferece uma boa qualidade de vida aos seus cidadãos, minimiza seus impactos sobre a natureza, preserva seus ativos ambientais e físicos para gerações futuras e, por meio disso, promove sua competitividade. Ademais, ela conta com um governo local que tem capacidade fiscal e administrativa para cumprir com as suas funções urbanas com a participação ativa dos cidadãos. (BID, 2014, p. 4)

Essa definição abrange os elementos da preservação ambiental e qualidade de vida inter e intrageracional, enfatizando a dimensão institucional do ponto de vista da necessidade de existência de uma gestão pública saudável sob os pontos de vista financeiro e administrativo, como condição para a promoção de um ambiente local sustentável. Ainda, é dotada de forte caráter integrador e multidisciplinar, partindo dos desdobramentos das três dimensões de sustentabilidade, consideradas pelo BID: ambiental e mudança climática; urbana; fiscal e governança. Na ICES há forte apelo à inclusão da participação cidadã na discussão e definição das políticas urbanas locais, elemento contemplado no esquema de planejamento estratégico para o desenvolvimento sustentável tratado por Dalas-Clayton e Bass (2002) na Figura 1.

A ICES estrutura a sua metodologia de trabalho em sete fases, contemplando duas etapas: na 1ª etapa contempla a preparação, análise e diagnóstico, priorização e plano de ação; na 2ª etapa ocorre o Pré-investimento, o monitoramento e por fim o investimento (BID, 2014, p. 13). As fases, com as respectivas atividades e os resultados gerados são apresentados na Figura 2:

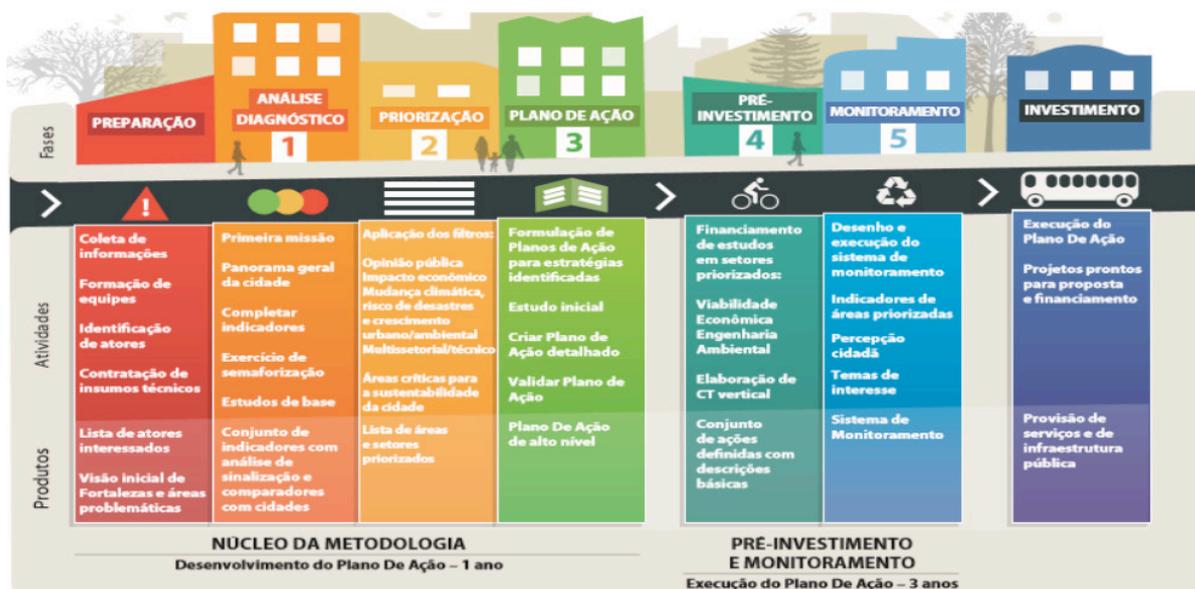


Figura 2 – Fases, etapas, atividades e resultados na ICES

Fonte: BID (2014, p. 13).

Nas fases referentes ao núcleo da metodologia da ICES, destaca-se a previsão de articulação de atores e instituições, públicos e privados, envolvidos na coleta de dados e na elaboração de diagnóstico da realidade local para a posterior proposição dos projetos de intervenção. Essas fases da primeira etapa demandam parcerias, aplicação de filtros e pesquisa de opinião para identificar quais as áreas críticas da cidade e que resultará na construção dos planos para as ações estrategicamente detalhadas.

As fases de pré-investimento e monitoramento inclui o financiamento de estudos setorializados conforme as áreas prioritárias, identificadas para intervenção; o desenho dos indicadores a serem monitorados por um sistema, captando a percepção dos cidadãos e os temas de interesse; e o investimento para desenvolvimento das ações previstas no plano, onde resultara na provisão de serviços e de infraestrutura pública, dotando a cidade de instrumentos que a conduzam num rumo de desenvolvimento sustentável.

Além dessas fases do programa, ainda é prevista a criação de uma “Rede de Cidades Sustentáveis”, que tem como objetivo o compartilhamento de informações, pontos de referência, práticas de gestão e experiências das cidades contempladas pela iniciativa (BID, 2014, p. 25). É válido destacar que a metodologia da ICES prevê a realização de parcerias com instituições acadêmicas, empresas privadas, bancos de desenvolvimento e organizações não governamentais⁶.

Na fase de análise e diagnóstico para identificação dos principais e mais

⁶ No caso de João Pessoa/PB o desenvolvimento da metodologia teve como parceiro a Caixa Econômica Federal, Prefeitura Municipal e Baobá Práticas Sustentáveis na condição de agência executora.

emergentes problemas da cidade, o BID (2014, p. 39) deixa evidenciado que os indicadores a serem colocados no plano de ações devem contemplar as três dimensões de sustentabilidade: ambiental e mudança climática; desenvolvimento urbano integrado; fiscal e governança. As três dimensões agregam 23 (vinte e três) temas, conforme a Figura 3:

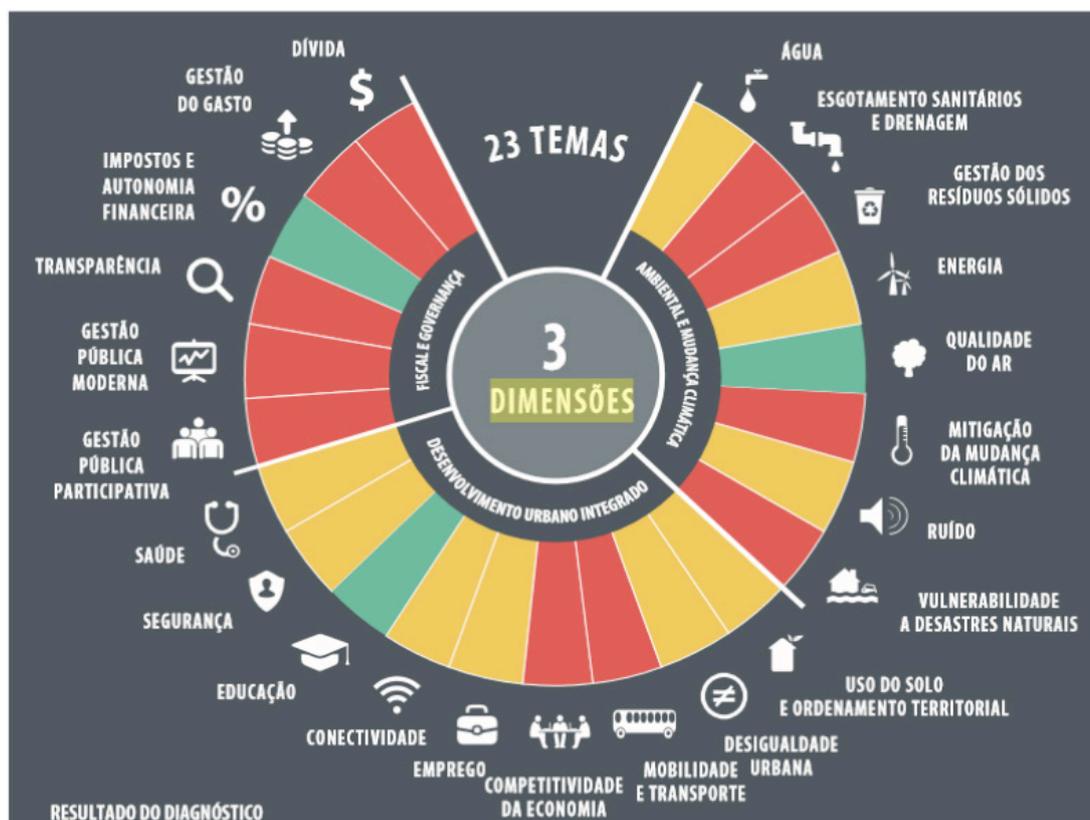


Figura 3 – Dimensões e temas da ICES

Fonte: BID (2014, p. 16).

Alguns desses temas contemplam elementos e indicadores previstos nos ODS, evidenciando um grau de correlação conceitual. No entanto, o presente trabalho não tratará de fazer um cotejamento analítico dos indicadores de cada iniciativa para comparar as semelhanças ou completudes, mas apenas explorará a relação entre os temas e os objetivos, o que possibilita identificar, inicialmente, possíveis relações entre os elementos conceituais, metodológicos e da dimensão institucional.

Por meio dos elementos apontados acima, pode-se deduzir que o conceito de cidades sustentáveis adotado pela ICES tem como pressupostos o planejamento urbano e sua gestão, incluindo como diretriz central a sustentabilidade ambiental nas três dimensões abordadas pelos ODS (ambiental, econômica e social), acrescentando uma abordagem institucional explicitamente, incorporando indicadores para uma boa governança da cidade e do meio ambiente (Culperstein, 2016, p. 149-150).

3 | METODOLOGIA

A presente pesquisa tem uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório, já que não se encontrou na literatura nenhum trabalho que aborde a relação entre os ODS e a ICES.

Foi feita uma revisão da literatura sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, a partir da pesquisa bibliográfica, especificadamente de trabalhos sobre os ODS e consultas a fontes secundárias, no caso, a Agenda 2030 elaborada e disponibilizada pela ONU em seu site na internet. Também foi buscado acesso ao Guia Metodológico, versão 2014, publicado pelo BID e disponibilizado em seu site na internet, que trata da ICES.

A partir da análise das fontes secundárias e da revisão da literatura buscou-se verificar a existência ou não de convergência conceitual sobre desenvolvimento sustentável entre a ICES e os ODS, bem com, em relação aos aspectos metodológicos para a implementação das ações e quais os elementos que formam a dimensão institucional.

4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da literatura, da análise da Agenda 2030 e do Guia Metodológico da ICES, observou-se que o conceito de desenvolvimento sustentável adotado pela ONU e o BID é o clássico, ou seja, de que a humanidade só conseguirá sobreviver com o mínimo de condição se diminuir o desgaste ambiental para preservar essa geração e garantir recursos naturais para o sustento da geração futura.

Assim, evidencia-se que existe uma relação conceitual entre os ODS e a ICES para promover o desenvolvimento sustentável, a partir da observação da conexão entre as dimensões contempladas. As dimensões que cada iniciativa contempla está sintetizada no Quadro 1:

	DIMENSÕES			
ODS	Ambiental	Econômica	Social	Institucional
ICES	Ambiental	Desenvolvimento urbano	Fiscal e Governança	

Quadro 1 – Relação entre as dimensões dos ODSs e da ICES

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Foi possível identificar que apenas a dimensão ambiental está definida de forma idêntica em ambos os documentos analisados, por meio de indicadores que ora se complementam e ora são idênticos nas suas metas.

A dimensão do desenvolvimento urbano da ICES abrange as dimensões econômica e social abordadas explicitamente nos ODS (ex.: gestão de resíduos

sólidos, das águas, saneamento), na medida em que considera os aspectos físicos, econômicos e sociais do desenvolvimento urbano, ou seja, contempla um conjunto de ações que impactam na mobilidade urbana, na infraestrutura de transportes, na habitação, no uso do solo, na competitividade econômica, no emprego e na conectividade por meio da internet e telefonia.

A dimensão institucional na Agenda 2030 não abrange especificamente os temas da dimensão fiscal e de governança da ICES (transparência, controle dos gastos e dívida), mas traz alguns temas importantes como instituições eficazes e transparentes, acesso a informação, capacidades estatais, combate a corrupção e participação nos processos decisórios.

A ICES é enfática e explícita quanto a questão do gasto público responsável e de uma gestão fiscal e financeira moderna e eficiente, possibilitando que o ente público possa arcar de forma adequada com suas reponsabilidades, requisitos necessários para coordenar o processo de planejamento e execução das medidas para o desenvolvimento urbano sustentável.

De certa maneira, os conceitos incorporam de forma quase sincrônica temas que perpassam pelas dimensões ambiental, social e econômica de DS, evidenciando a integração (total ou parcial) de algumas ações para o atingimento das metas. As duas estratégias tratam do conceito de desenvolvimento sustentável de forma a integrar suas dimensões numa perspectiva sócio-humanística, interconectada e multidimensional (Ospina, 2000; Couto, Matos, Carvalho & Alves, 2004).

Tanto os ODS como a ICES prescrevem ações que objetivam alcançar um nível de sustentabilidade no crescimento econômico, possibilitando a inclusão de mecanismos tecnológicos de eficiência produtiva com redução de impacto ambiental, garantindo a resiliência da natureza e disseminando a cultura da paz, conforme debatido na literatura (Dalas-Clayton & Bass, 2002; Barbosa, 2008; Culperstein, 2016).

No entanto, não basta apenas uma conexão conceitual para se alcançar desenvolvimento sustentável, é preciso garantir condições de integralidade das ações para a promoção da sustentabilidade, de forma a potencializar maior êxito do que os ODMs, sem perder de vista que alguns fatores influenciam o sucesso de ações desta natureza, como as peculiaridades nacionais, regionais e locais, os arranjos institucionais/administrativos, os valores culturais existentes, a estabilidade política, a segurança e a paz (Dalas-Clayton & Bass, 2002; BID, 2014).

As concepções de DS tanto pela ICES quanto pelos ODS podem ser consideradas, à luz da literatura apresentada (Dalas-Clayton & Bass, 2002; Barbosa, 2008; Culperstein, 2016) e dos documentos analisados (BID, 2014), como multidimensionais e interdisciplinares, envolvendo um conjunto de temas que requerem ações e estratégias de integração e cooperação, o que pode encontrar

obstáculos na questão da escala, tendo em vista que alguns autores consideram como mais viável atingir todas as metas numa estratégia local (Barbosa, 2008; Dassen, 2016).

Nesse sentido, importante pontuar que os ODS e a ICES são estratégias concebidas para diferentes escalas de territorialidade e governança, formatadas por instituições internacionais de natureza distinta, com objetivos finalísticos diversos, especialmente no aspecto financeiro, haja vista que o BID (2014) é que financia as ações do ICES.

A ONU, através da Agenda 2030, adotou uma sistemática de adesão facultativa, cujo eixo institucional não é explícito e não traz de forma clara temas como a gestão fiscal e indicadores para mensuração. Essa circunstância pode ser decorrência do respeito à soberania das nações e dos entes subnacionais, deixando ao critério de cada Estado nacional e subnacional o estabelecimento de metas e indicadores que atendam as especificidades locais (Machado, 2016).

No que refere ao BID (2014), trata-se de uma instituição financeira interacional de fomento, que pautou seu processo de forma mais direcionada para os aspectos do planejamento e da gestão estratégica nas cidades, conciliando a imprescindibilidade de sua finalidade de dotar os entes mutuários de condições para autossuficiência fiscal – o que revela a coerência com sua própria missão, que é financiar e fomentar uma governança sustentável – resultando num desenho metodológico sistematizado e explícito.

O foco das ações dos ODS aponta na direção de resolver problemas ambientais em escala global, o que demanda a adesão facultativa dos países, com diferentes problemas, organização político-administrativa e acentuadas diferenças culturais. Dessa forma, os ODS demandam uma conjugação de esforços políticos dos organismos internacionais, entidades não governamentais e lideranças regionais, estando o seu êxito condicionado a um conjunto de fatores político (ex.: vontade) e financeiro (ex.: capacidade).

Dentre os fatores acima, entende-se que as principais dificuldades para adesão dos países aos ODS e sua implementação com resultados significativos são: a necessidade de altos investimentos dos países desenvolvidos, a transferência de tecnologia para as nações em desenvolvimento e a cooperação para criação das capacidades institucionais.

O financiamento de ações pelos países ricos para o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento encontra certa resistência de alguns atores nas nações desenvolvidas, que muitas vezes levam em consideração fatores geopolíticos para direcionar seus recursos, além de ponderar possíveis retornos econômicos para justificar o aporte financeiro, ficando o ganho ambiental global em segundo plano.

Em relação a ICES o foco é na gestão local e nos *stakeholders* que vivem nas cidades, que participam do processo de identificação dos problemas e no desenvolvimento de soluções e decisões políticas para atender das demandas prioritárias. O objetivo é desenvolver a capacidade dos poderes públicos locais, empresas e cidadãos para discutir e elaborar um planejamento que preveja ações, metas e indicadores para o monitoramento e a avaliação dos resultados – o que requer a mobilização de vários interessados (governo, empresas, universidade, organizações não governamentais e sociedade) numa escala reduzida e menos complexa de gerir.

Não obstante o ICES seja pensado para ser implementado numa escala menor, o que facilita, em tese, a participação de todos os interessados e a integração de órgãos públicos no planejamento e na formulação das políticas, problemas de ordem política – como disputas por espaços para fazer preponderar interesses individuais – ainda permanecem presente.

Portanto, os ODS se constituem como uma iniciativa que demanda ampla cooperação internacional e nacional, de forma voluntária, não havendo previsão de aporte financeiro para implementação de ações para melhoria dos indicadores, tornando dependente do engajamento dos países desenvolvidos e de grandes empresas multinacionais em destinar recursos para regiões menos desenvolvidas para promover o desenvolvimento sustentável (Machado, 2016).

Além do mais, o investimento em ações voltadas para promoção do desenvolvimento sustentável pode encontrar forte resistência interna nas potências mundiais, cujos atores estão mais preocupados em não dificultar a produção em larga escala e a livre iniciativa ou criar situações anômalas no crescimento econômico, impactando negativamente em indicadores concebidos e utilizados pelos economistas pragmáticos de plantão.

Já a ICES (2014) é uma iniciativa que tem como objetivo oferecer apoio financeiro e suporte técnico aos governos locais que tenham disponibilidade e potencial para planejar, executar e monitorar um conjunto de ações que vão impactar diretamente na qualidade de vida de seus cidadãos.

O escopo do BID (2014) é propiciar aos entes mutuários que estes tenham condições financeiras e materiais de desenvolver suas capacidades institucionais, de forma a implementar uma cultura de planejamento estratégico, participativo e inclusivo, com priorização na transparência e no controle social, pautando sempre temas de ordem ambiental nas políticas públicas.

Uma síntese das relações conceitual, metodológica e institucional entre ODS e ICES está representada no Quadro 2:

	ODS	ICES
Elementos conceituais	Contempla as três dimensões (econômica, social e ambiental)	Contempla as dimensões ambiental, social e econômica, mas também a institucional
Aspectos metodológicos	Não há definição em respeito a soberania das nações	Estão detalhados num guia
Dimensão institucional	Está contemplada implicitamente	É expressamente apresentada através de indicadores

Quadro 2 – Relação conceitual, metodológica e institucional entre ODS e ICES

Fonte: Elaboração própria dos autores.

A dimensão institucional implícita nos ODS não trata dos temas da dimensão fiscal e governança, presentes na ICES. Na ICES a questão da transparência é explicitada e trata de aferir o índice do município na transparência fiscal e orçamentária, caso exista, ou conforme o índice da percepção da corrupção da Transparência Internacional (TI) e de verificar o índice de contas que são auditadas, pelo próprio órgão e por terceiros – questão não tratada nos ODS.

Como se percebe, a ICES tratou de indicar os elementos para aferir os indicadores de gestão transparente e fiscalmente eficiente, enquanto o ODS não traz indicadores para mensurar esses temas, o que evidencia maior preocupação do BID na capacidade do ente público ter equilíbrio fiscal para cumprir com suas obrigações contratuais, não obstante também se almeje o alcance das metas previstas no plano de ações.

As possíveis relações entre a dimensão institucional da ICES (fiscal e governança) e a institucional dos ODS estão demonstrados no Quadro 3, onde comparamos os temas da ICES com algumas metas dos ODS:

ICES - Temas	ODS – metas
GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA	11.3 até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países (Meta) 6.b apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento. (Meta)
TRANSPARÊNCIA	16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis (Meta)
IMPOSTOS E AUTONOMIA FINANCEIRA	17.1 fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas (Meta)

GESTÃO DO GASTO	17.4 ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo, por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento (Meta).
DÍVIDA	

Quadro 3 - Relações dos temas da ICES com os ODS

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Quanto ao tema da gestão pública participativa contemplada pelo ICES em sua metodologia, esse leva em consideração a participação do cidadão nas fases de planejamento na gestão pública e quanto a prestação de contas do governo a sociedade. Já os ODS mencionam a necessidade de aumentar a gestão participativa em todas comunidades de pessoas, especialmente para gestão da água e do saneamento, mostrando forte correlação nesse aspecto. Ambos consideram os elementos participação e debate como fundamentais no processo de promoção do desenvolvimento sustentável, conforme previsto no modelo de Dalas-Clayton e Bass (2002).

Com relação ao tema transparência observamos total sintonia em ambas as iniciativas, tendo em vista que tanto a ICES como os ODS tratam de deixar claro a necessidade de os países, estados e municípios serem transparentes em todos os aspectos da gestão pública. Esse elemento é similar a comunicação prescrita no modelo de Dalas-Clayton e Bass (2002).

Ambas também estão em sintonia em relação a temática da arrecadação de impostos para se alcançar autonomia financeira do ente, de forma a propiciar sua capacidade em prover as contingências sociais e econômicas. Os temas de gesto público e da dívida que estão previstos pela ICES, tratam de demonstrar a preocupação com a qualidade do endividamento e a saúde financeira dos entes municipais, sendo também uma preocupação dos ODS, porém, em relação aos países. A autonomia financeira dos entes nacionais e subnacionais corresponderia a capacidade de fortalecimento previsto no modelo de Dalas-Clayton e Bass (2002).

A partir da análise da Agenda 2030 dos ODS e do Guia Metodológico da ICES, constatou-se a existência de uma correlação conceitual forte, pois ambas abrangem medidas para atingir objetos nas dimensões social, ambiental e econômica para o desenvolvimento sustentável, conforme prevê o modelo Dalas-Clayton e Bass (2002).

OBID descreveu de forma clara e objetiva uma metodologia para a implementação das ações da ICES, prescrevendo passo a passo como mobilizar os atores públicos e privados e os cidadãos para identificar as áreas críticas para intervenção e construir um plano de ações realista e viável, cujas metas correspondem aos indicadores

construídos a partir da realidade local, tendo a cidade o apoio financeiro e técnico.

Na Agenda 2030, no entanto, não há uma metodologia sistematizada para implementação dos ODS, sendo necessária adesão voluntária de cada *stakeholder*, inexistindo fonte de recursos próprios por parte da ONU para financiar ações de promoção do desenvolvimento sustentável.

As duas iniciativas destacam ações que contemplam a dimensão institucional para consecução de suas metas, porém, destaca-se que a ICES é mais enfática em relação aos temas e aos indicadores desta dimensão, demonstrando, inclusive, maior aderência de suas estratégias à realidade local e coerência com sua missão. Enquanto que a Agenda 2030 não apresenta uma abordagem claramente explícita quanto a temas da dimensão institucional, especialmente sobre como desenvolver as capacidades institucionais para implementação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

Diante dos elementos constantes nas duas iniciativas e que ambas tratam de atingir metas e que contemplam as três dimensões do desenvolvimento sustentável, as duas estratégias podem ser adaptadas para formar um modelo, conforme descrito no Dalas-Clayton e Bass (2002), desde que se pense em uma estratégia mais focalizada nas cidades, tendo em vista que os governos locais estão cada vez mais pressionados para adotarem ações mais significativas na defesa do meio ambiente, prestação de serviços públicos com qualidade e provimento da infraestrutura urbana para atender as necessidades socioeconômicas, conforme destaca Seiffert (2014, p. 96).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que quanto ao conceito de desenvolvimento sustentável não há consenso na literatura, no entanto, a definição clássica contida no Relatório Brundtland é aceita por boa parte dos autores. Assim, a partir das concepções teóricas explicitadas neste trabalho, entende-se desenvolvimento sustentável como um estágio de crescimento econômico que possibilite o desenvolvimento da capacidade de resiliência do meio ambiente e proporcione a melhora na qualidade das pessoas.

No aspecto conceitual, tanto a ICES como os ODS adotam um conjunto de metas que contemplam ações nas três dimensões (ambiental, social e econômica), sendo que a ICES adota explicitamente temas como transparência, qualidade do gasto, sustentabilidade fiscal e participação voltados para a escala local, tratando inclusive de mensurar resultados através de indicadores previamente estipulados.

Enquanto a ICES tem uma metodologia bem definida e explicitada, os ODS não especificam como uma nação, estado-membro ou município pode utilizar os seus objetivos e operacionalizar seus indicadores para traçar um planejamento pautado

no desenvolvimento sustentável, com ações contemplando as três dimensões.

Quanto ao aspecto institucional, a ICES destaca temas relevantes para uma gestão pública eficiente como equilíbrio fiscal, transparência e participação, diferentemente dos ODS, que apenas traçam algumas metas, mas sem apresentar com clareza os indicadores e de que forma mensurar os resultados. Essa situação pode ser derivada do fato de que o BID é um agente financiador e como tal oferece crédito e suporte ao tomador, desde que este cumpra com requisitos estritamente rigorosos para que venha a possuir todas as condições de honrar com o compromisso assumido.

Além do mais, enquanto a ICES conta com fonte de recursos para financiar os projetos e as ações para promoção do desenvolvimento sustentável pelos governos locais, a ONU não dispõe de um fundo específico para financeiras as ações dos ODS pelos entes públicos (países, estados-membros e cidades), o que pode ser um indício do fraco resultado dos ODMs em alguns países da África e do oriente médio.

É crível que os entes governamentais localizados nas regiões menos desenvolvidas não dispõem de recursos financeiros próprios e pessoal qualificado para planejar e conseguir implementar as ações necessárias para melhorar os indicadores social, ambiental e econômico, conforme preconizado na Agenda 2030. A existência de um fundo de recursos é um aspecto de grande importância para ações de promoção do desenvolvimento sustentável em escala global, especialmente para os países menos desenvolvidos. Essa circunstância é um estímulo para que os agentes públicos manifestem interesse, apresentem projetos e assumam um compromisso perante a sociedade e o organismo internacional fomentador, desde que, claro, exista vontade política.

Em relação a ICES, uma reflexão interessante é quanto aos critérios de elegibilidade criados para enquadramento dos interessados. A iniciativa apenas elege como cidades médias aquelas com população entre 100 mil e 2 milhões de habitantes e consideradas as que têm crescimento populacional acima da média nacional, apresentem crescimento sustentado do PIB e possibilitem parceria com o BID, a partir da qualidade da gestão institucional e da governabilidade.

No Brasil, segundo o IBGE⁷, existem 309 cidades com mais de cem mil habitantes, enquanto 323 cidades têm população entre 50 e 100 mil habitantes, sendo que essas são muito dependentes do incentivo financeiro do governo federal para desenvolver suas capacidades institucionais com foco na elaboração de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável.

Seria interessante a concepção de um programa voltado para municípios no Brasil com população entre 50 e 100 mil habitantes, que ajudaria a disseminar ainda

7 Fonte: ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf. Acesso em: 5 jul. 2017.

mais uma cultura para governança sustentável, incentivando a construção de planos de metas para o desenvolvimento sustentável, a partir do diagnóstico feito com base na metodologia do BID.

Ainda, seria promissor repensar a ICES para municípios brasileiros pequenos, com população entre 20 a 50 mil habitantes, reunidos através de consórcios públicos, o que poderia ser uma saída viável para ampliar o escopo de atuação do BID e ao mesmo tempo expandir uma cultura de gestão pública para sustentabilidade.

Também, uma estratégia interessante seria que os ODS fossem municipalizados, através do apoio de agências internacionais e bancos de fomento nacional e internacional, com foco em indicadores da dimensão institucional. Essa perspectiva poderia promover a criação de capacidades estatais de forma mais eficaz, propiciando o desenvolvimento de uma cultura de planejamento estratégico para a sustentabilidade econômica, social e ambiental, o que, provavelmente, traria resultados mais positivos se comparados com a replicação da estratégia dos ODM.

A presente pesquisa conseguiu atingir seus objetivos, conseguindo analisar se e de que forma os aspectos conceitual, metodológico e institucional dos ODS e da ICES se correlacionavam. O trabalho tem suas limitações metodológicas por ser de cunho exploratório, necessitando de maior aprofundamento quanto a análise dos indicadores de cada estratégia para verificar o grau de complementariedade, divergência ou convergência, especialmente na busca de possível simplificação de um conjunto de diretrizes para promoção do desenvolvimento sustentável em qualquer escala.

Outra questão que ainda ficou sem uma resposta clara é quanto a dimensão institucional de cada estratégia, ou seja, de que forma a ICES poderia contribuir para a aplicação dos ODS em nível municipal e como seria viabilizada essa possibilidade em municípios de pequeno porte, bem como, se o financiamento de consórcios públicos seria uma opção viável e como operacionalizar isso levando em consideração as condicionantes das agências de fomento internacionais.

As pesquisas futuras também podem ter como escopo fazer estudos de casos comparativos sobre a implementação da ICES nas cidades brasileiras e ou, ainda, fazer comparações de resultados socioeconômicos entre municípios que adotaram uma gestão pautada nos ODS/ODM com aqueles que implementaram a ICES, resultando em estudos de correlação e comparativos para verificar as potencialidades e os obstáculos na execução de programas governamentais voltados para promoção da sustentabilidade no nível local.

REFERÊNCIAS

Barbieri, J. C. (2016). *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos* (4ª ed.). São

Paulo: Saraiva.

Barbosa, G. S. (2008). *O desafio do desenvolvimento sustentável*. Revista Visões, n. 4, V. 1, p. 1-11.

Bartelmus, P. (1999). *Sustainable Development: paradigm or paranoia?* Wuppertal Paper 93, Wuppertal Institute for Climate, Environment and Energy, Wuppertal.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. (2014). *Anexo 2: indicadores da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis*. Guia metodológico 2ª Edição. Recuperado em 8 maio, 2017, de <http://www.iadb.org/es/temas/ciudades-emergentes-y-sostenibles/publicaciones-ciudades-sostenibles,18715.html>.

_____. (2015). *Resumen: actualización de la estrategia institucional 2016-2019: una alianza con América Latina y el Caribe para seguir mejorando vidas*. Recuperado em 8 de junho, 2017, de <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=39581613>.

Brasil. (2016). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável (CGDES) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Recuperado em 30 abril, 2017, de <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>.

Bursztyn, M. (1995). Armadilhas do progresso: contradições entre economia e ecologia. *Revista Sociedade e Estado*, v. X, nº 1. Recuperado em 5 março, 2017, de http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9588/1/ARTIGO_ArmadilhaProgresso.pdf.

Conceição, O. A. C. (2008). A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 85-105. Recuperado em 10 julho, 2017, de <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v17n1/a04v17n1.pdf>.

Couto, A. P., Matos, A. F. de M., Carvalho, P. G. de, Alves, M. do C. A. (2004, out.). Ciência, inovação e desenvolvimento sustentável: desafios e implicações estratégicas para a universidade. *II Seminário Internacional - Rede aAfa PLanGIES*, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal. Recuperado em 3 maio, 2017, de <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/567/1/cinciainovaoedesenvo.pdf>.

Culpersteins, I. (2016). "Cidades sustentáveis" no plano do discurso e da ação: o Rio de Janeiro como estudo de caso. In B. T. Luciano (org.). *União Europeia, Brasil e os desafios da agenda do desenvolvimento sustentável*. (pp. 147-159). Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung. Recuperado em 14 março, 2017, de https://www.researchgate.net/publication/301790231_Desenvolvimento_global_ea_ascensao_de_potencias_emergentes_a_politica_de_cooperacao_da_UE_entre_alojamento_e_mudanca.

Dalal-Clayton, B., BASS, S. (Orgs.) (2002). *Sustainable development strategies: a resource book*. The International Institute for Environment and Development, Earthscan Publications Ltd, London, Sterling, VA.

Dassen, T. (2016). Cidades inteligentes - novos agentes de mudança?. In B. T. Luciano (org.). *União Europeia, Brasil e os desafios da agenda do desenvolvimento sustentável*. (pp. 133-146). Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung. Recuperado em 14 março, 2017, de https://www.researchgate.net/publication/301790231_Desenvolvimento_global_ea_ascensao_de_potencias_emergentes_a_politica_de_cooperacao_da_UE_entre_alojamento_e_mudanca.

Grunkemeyer, W., Moss, M. (2004). *Key concepts in sustainable development*. Regional Research Institute, West Virginia University. Retrieved May 17, 2017, from <http://www.rri.wvu.edu/WebBook/Grunkemeyer-Moss/sustainable.htm#glossary>.

Harris, J. M. (2000, jun.). *Basic Principles of Sustainable Development* [Working Paper 00-04]. Global Development and Environment Institute, Tufts University. Retrieved March 17, 2017, from <http://ase>.

tufts.edu/gdae/publications/working_papers/Sustainable%20Development.pdf.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2015*. [Estudos e Pesquisas]. Rio de Janeiro: IBGE.

Mikhailova I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. *Revista Economia e Desenvolvimento*, nº 16, 2004, 22-41. Recuperado em 21, dezembro, 2017, de http://w3.ufsm.br/depcie/arquivos/artigo/ii_sustentabilidade.pdf.

Olsson, J. A., Hilding-Rydevik, T., Aalbu, H., Bradley, K. (2004). *Indicators for Sustainable Development* [Paper for discussion]. European Regional Network on Sustainable Development, Cardiff, 23-24 March. Retrieved June 14, 2017, from <http://www.ocs.polito.it/alpcityruo/en/dwd/indicatori/4.doc>.

Ospina, G. L. (2000). Education for sustainable development: a local and international challenge. In *Prospects* 30(1): 31-40, March. Retrieved April 3, 2017, from http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/archive/Publications/Prospects/ProspectsOpenFiles/pr113ofe1.pdf.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. (2011). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza – síntese para tomadores de decisão*. Recuperado em 14 abril, 2017, de https://www.unep.org/greeneconomy/sites/unep.org/greeneconomy/files/publications/ger/GER_synthesis_pt.pdf.

Sachs, J. D. (2012). From Millenium Development Goals to sustainable development goals. *The Lancet*, v. 379, Issue 9832, 2206 -2211. Recuperado em 17 abril, 2017, de <http://www.thelancet.com/action/showFullTextImages?pii=S0140-6736%2812%2960685-0>.

Santana, J. V. (2012). Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará. *Revista Katálysis* [online], 15(1), 21-31. Recuperado em 7 maio, 2017, de <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802012000100002>.

Scottish Executive Social Research. (2006). *Sustainable development: a review of international literature*. The Centre for Sustainable Development, University of Westminster and the Law School, University of Strathclyde. Retrieved April 30, 2017, from <http://www.gov.scot/Resource/Doc/123822/0029776.pdf>.

Seiffert, M. E. B. *Gestão Ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Severo, E. A., Guimarães, J. C. F. de. (2014). Desenvolvimento sustentável: premissas, realidade e novas perspectivas. *Anais do XVI Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 3 abril, 2017, de <http://www.engema.org.br/16/anais-xvi-engema/>.

Waller-Hunter, J., Jones, T. (2002). *Globalisation and Sustainable Development*. *International Review for Environmental Strategies*, vol. 3, n. 1, pp. 53-62.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 8, 22, 24, 26, 32, 33, 36, 184, 206, 238, 239, 248, 250
Agropecuária 129, 224
América Latina 84, 90, 103, 134, 135, 136, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 191
Arquitetura indígena 147, 196
Arquitetura ribeirinha 147
Assistência social 1, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 75

C

Capacidade absorviva 6, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65
Cesta básica 6, 12, 13, 15, 16, 17, 21
CFD 8, 255, 256, 257, 259, 260, 263, 265
Competitividade 5, 55, 91, 95, 106, 133, 134, 212
Construção civil 6, 67, 68, 70, 72, 73, 76, 79, 80, 151, 155, 198, 255, 256

D

Desenvolvimento 6, 7, 1, 4, 7, 10, 11, 13, 25, 40, 41, 44, 45, 46, 51, 55, 56, 58, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 119, 123, 124, 130, 134, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 145, 150, 151, 152, 157, 158, 159, 166, 167, 175, 178, 181, 182, 187, 188, 189, 197, 198, 200, 207, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 217, 226, 229, 234, 253, 257, 268, 273, 287, 301
Desenvolvimento regional 158, 159
Desenvolvimento sustentável 6, 7, 67, 69, 70, 72, 76, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 157, 158, 181
Diagnóstico urbano 238, 244
DIEESE 12, 13, 15, 16, 21
Diversidade 126, 131, 132, 147, 148, 149, 150, 154, 157, 166, 169, 178, 276

E

Economia 5, 2, 6, 14, 21, 23, 24, 25, 38, 39, 40, 41, 42, 47, 53, 64, 72, 74, 75, 76, 80, 86, 88, 90, 103, 104, 107, 109, 118, 124, 125, 134, 138, 142, 156, 166, 167, 192, 200, 202, 204, 205, 206, 207, 235, 243
Empreendedorismo 49, 52, 88, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 120, 122, 123, 124, 180
Estado 2, 3, 4, 5, 6, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 60, 71, 75, 84, 87, 89, 96, 100, 103, 108, 109, 110, 112, 116, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 147, 148, 149,

152, 157, 159, 160, 161, 166, 167, 170, 172, 175, 178, 186, 188, 194, 198, 229, 230, 233, 234, 236, 238, 239, 240, 242, 266, 267, 274

F

Favela 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180

G

Gestão ambiental 80, 102, 104, 158, 159, 167

H

Habitação social 6, 8, 67, 72, 181, 192

História da arquitetura 194

I

Identidade visual 266, 282

Idosos 8, 6, 182, 201, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237

Impactos socioambientais 126

Indústria 4.0 134, 135, 145, 146

Industrialização 78, 189

Inovação 13, 56, 57, 59, 60, 103, 105, 107, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 133, 134, 138, 139, 141, 198, 202, 214, 256

Inteligência competitiva 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 219, 224, 225

L

Lavanderias 6, 55, 57, 60, 61, 62, 65, 202

M

Matriz FOFA 7, 157, 158, 161, 164

Mobilidade urbana 6, 22, 37, 95, 166

Modelagem 255, 256, 260, 262

Morfologia urbana 168, 177, 178

P

Preços 6, 12, 13, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 41, 44, 45, 47, 52, 60, 199, 206

Proteção social 6, 1, 5, 6, 7, 10

R

Reabilitação 8, 81, 181, 188, 192, 235, 243

Rede 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 75, 92, 103, 114, 115, 133, 171, 192, 228, 235

S

Saberes ambientais 7, 126, 128, 131, 132

Segregação 26, 179, 181, 189, 197

Startups 7, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123

Sustentabilidade 66, 67, 69, 70, 72, 73, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 91, 93, 95, 99, 100, 102, 104, 128, 132, 149, 150, 151, 165, 200

T

Território 2, 10, 51, 67, 69, 80, 126, 128, 129, 131, 132, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 170, 174, 175, 177, 178, 183, 184, 195, 196, 197, 267

U

Uso do solo 95, 129

V

Valor 16, 27, 30, 31, 34, 36, 40, 42, 55, 56, 57, 58, 59, 72, 107, 108, 117, 134, 141, 151, 153, 155, 175, 183, 189, 190, 191, 197, 201, 219, 238, 239, 243, 273, 275, 276

Vulnerabilidade em saúde 226

 **Atena**
Editora

2 0 2 0